

Os recursos humanos da Defesa Nacional dos anos 2000

Manuel Gameiro

1. INTRODUÇÃO

As questões da segurança e da defesa têm vindo a ocupar um lugar de relevo crescente na literatura temática da década de noventa. A novidade não está tanto na abundância de textos; a abordagem é que é, de facto, diferente, podendo ser apontadas várias explicações para o fenómeno:

Em primeiro lugar, até ao final dos anos oitenta, o mundo estava dividido em dois grandes blocos, para efeitos de segurança e defesa; os chamados NÃO ALINHADOS, eram-no institucionalmente, nem sempre se mostrando claro o não alinhamento, quer na tomada de decisões nos areópagos internacionais, quer no jogo diplomático da disputa de posições e de interesses.

Após a substituição do regime na URSS, esta conjuntura bipolar cedeu o passo a um novo quadro nas relações internacionais, caracterizadas pelo afrouxamento do clima de permanente tensão em que o mundo vivia, pelo ensaio – inicialmente tímido e eivado de desconfiança – de uma nova política de cooperação e, também, pela reponderação dos sistemas ditos defensivos ou ofensivos, consoante o classificador se referisse ao «seu» sistema ou ao sistema do «adversário».

Em segundo lugar, a natureza das crises e dos conflitos tornou-se diferente, justificando a produção teórica de novas doutrinas, dada a inadequação das antigas à nova realidade.

E ainda se poderá dizer que a literatura técnica, em matéria de segurança e defesa, anterior à década de noventa, tinha, com frequência, a forma implícita, ou, mesmo, explícita, de libelo e, quando informativa,

enfaticava a supremacia do poder bélico, como forma de dissuasão do bloco adversário.

Como consequência da nova conjuntura subsequente à guerra fria, acima referida em traços largos, tem-se vindo a verificar em todos os países do «ex-mundo-bipolar» um movimento de revisão do sistema de defesa, com especial incidência na componente militar. Nos países que fazem parte da área de alianças de Portugal, as medidas dizem respeito, em particular, à revisão da estrutura das forças armadas, à modernização dos equipamentos e à redução dos efectivos militares ao serviço da defesa. Esta tendência, como é sabido, teve também a sua expressão em Portugal nos anos recentes, através das políticas de reestruturação, reequipamento e redimensionamento, todas elas ainda em curso de implementação.

O tema que me proponho tratar deve ser inserido no quadro de referência acima descrito. Isto é: Perante as novas realidades do mundo multipolar em que hoje vivemos, vale a pena questionarmo-nos sobre «QUANTOS» e «COMO» devem ser os efectivos afectos à defesa – na sua vertente militar – no Século XXI. Trata-se de reflectir sobre o único elemento – é preciso recordá-lo – que nunca foi substituído nos sistemas de defesa ao longo dos tempos e nunca irá sê-lo: O elemento humano. Têm sido alteradas as formas de organização das forças armadas; os antigos instrumentos bélicos foram abandonados, inventando-se outros altamente aperfeiçoados; as doutrinas táctica e estratégica foram repensadas e substituídas quando desajustadas. O soldado, porém, é o único elemento capaz de operar equipamentos, qualquer que seja a estrutura e a composição da força. O soldado esteve e estará sempre presente. Ponto é que, ele próprio, esteja também ajustado aos tempos que correm. Disso se tratará nos parágrafos seguintes.

2. A HERANÇA DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

Correndo o risco de caracterizar com ligeireza uma realidade tão complexa como é a instituição militar, julgo poder afirmar-se que o

poder militar assentou, historicamente, em efectivos abundantes e na cobertura física do espaço geográfico da soberania. A quantidade de militares disponíveis em permanência e mobilizáveis quando necessário, bem como a sua dispersão, mostrando a presença da força em todo o território, eram sinais seguros de poder.

Para a manutenção de militares dos quadros profissionais, houve que criar condições atractivas e fomentar o prestígio da carreira; para assegurar «mão-de-obra», recorreu-se à imposição legal da prestação de serviço militar em estado de guerra – instituto da mobilização – ou, mesmo, em tempo de paz, a título de preparação para a guerra – instituto da conscrição.

Cabe, aqui, perguntar se a organização militar tradicional obedece a padrões que, com alguma aproximação, presidam ao dimensionamento e distribuição das forças. Dito de outra forma, procura-se descobrir, ainda que por mero exercício intelectual, relações significativas entre elementos relevantes ligados à componente militar da defesa, numa análise comparada dos países membros da OTAN: Efectivos – espaço geográfico; Efectivos – população; peso das forças naval, terrestre e aérea na força total; etc.

Na busca de resposta à questão colocada, foram reunidos os dados relativos a cada um dos países da OTAN (com excepção do Luxemburgo e da Islândia, por não terem significado no contexto do estudo), e construiu-se o quadro em Anexo I, que serve de suporte aos comentários dos parágrafos seguintes:

EFFECTIVOS – ESPAÇO GEOGRÁFICO

O que se procura indagar é se existe, nos países analisados, alguma relação constante entre a superfície do território a defender e o número de militares. Isto é, se cada militar tivesse a seu cargo a defesa de uma parcela do território, qual seria a dimensão desse espaço nos diferentes países.

Pela leitura da coluna «domínio territorial» do mapa anexo, pode concluir-se que, em regra, cada militar tem a seu cargo menos de dois

quilómetros quadrados, excepção feita ao Canadá, Estados Unidos e Noruega.

Numa análise mais pormenorizada, constata-se que os 4 países com maior cobertura militar do território são, por ordem decrescente, a Holanda, a Bélgica, a Grécia e a Itália. A Espanha e Portugal são os países europeus com menor presença de militares por unidade de superfície: A cada militar correspondem 2,44 km² na Espanha e 1,7 km² em Portugal.

O impressionante desvio do Canadá da «quase-regra» acima enunciada explica-se pela enorme superfície do país, atingindo vastas áreas polares sem objectivos de defesa. Algo de parecido acontece com a Noruega, salvaguardada a diferença da extensão geográfico, mais de trinta vezes inferior à do Canadá.

O caso dos EUA merece também um comentário individualizado, visto que se afasta claramente da regra europeia (seis quilómetros quadrados por militar) e não dispõe de extensas fronteiras polares como o Canadá e a Noruega, apesar de ter uma superfície total próxima da do Canadá.

O tema abordado neste apartado merece desenvolvimento posterior mais aprofundado e alargado a outras dimensões da relação «efectivo-espaco»: Extensão da fronteira; «vizinhança»; localização em zona geográfica de potenciais conflitos, etc.

O que acima se comenta é, apenas, um afloramento do muito que se poderia indagar.

EFFECTIVOS – POPULAÇÃO

A questão que aqui se coloca consiste em determinar a taxa de militarização nos países em estudo, procurando, também aqui, descobrir um comportamento constante na relação do número de efectivos com a população total. Pela coluna «Taxa de militarização» do mapa anexo, verifica-se que se pode falar, realmente, de uma constante.

Na verdade, só no caso da Grécia se atinge e ultrapassa a unidade (1,6 militares por cada cem habitantes), por razões idênticas à que conduz, na Turquia, ainda que a grande distância, a uma taxa de 0,83 por cada cem habitantes.

Provavelmente, a potencial emergência de um conflito regional entre os dois países poderá fornecer uma parte da explicação para o fenómeno.

Quanto aos outros países, merecem uma referência especial os casos da França e da Noruega (1 militar em cada 140 habitantes) e ainda o da Dinamarca (1 militar em cada 160 habitantes), contrastando com o Canadá, país em que a relação em análise é de um militar por cada 400 habitantes.

Dos restantes países, quatro dispõem de um militar por cada 250 habitantes e outros quatro (nos quais se inclui Portugal), um militar por cada 200 habitantes.

EFFECTIVOS POR RAMO DAS FORÇAS ARMADAS

As considerações respeitantes ao tema deste apartado teriam outro interesse se baseadas numa análise evolutiva da distribuição dos efectivos pelas tradicionais forças terrestres e navais e pela recente força aérea. Deixando para outra oportunidade o estudo desta evolução, os comentários que se seguem têm o valor «fotográfico» da fonte em que se sustentam (THE MILITARY BALANCE, 1995/1996). Assim:

- O Exército continua a ser, em todos os países analisados, a força com maior número de efectivos, o que pode estar relacionado com o tradicional conceito de defesa, intimamente ligado ao domínio territorial, como acima se expôs.
- É de assinalar, em particular, o peso relativo dos efectivos do Exército, próximo ou acima dos 70% dos efectivos totais, nos seguintes países: Turquia, Grécia, Holanda, Espanha, Alemanha e, mesmo, a Bélgica.
- Ainda no que se refere ao Exército, os restantes países (incluindo Portugal) afectam-lhe efectivos na ordem dos 50% dos totais, ou menos, não deixando, porém, de assinalar que o Canadá e os Estados Unidos se afastam daquelas médias, apresentando um Exército significativamente mais pequeno (28 e 33 por cento, respectivamente).
- Os efectivos afectos à Marinha têm um peso expressivo nos Estados Unidos (28,5%), seguindo-se-lhe Portugal (23%), Norue-

ga e Reino Unido (21,3%) e, ainda, a Holanda (19,2%). Se, no caso dos EUA, se poderá encontrar explicação para o elevado peso da Marinha no total dos efectivos militares, na importância que esta componente das forças da defesa tem tido na projecção do poder dos EUA, a par, naturalmente, da explicação que decorre da extensa costa marítima do país, já no que diz respeito aos demais países mencionados parece dever entrar-se com o factor «tradição marítima» para explicar o fenómeno. Reconhece-se, todavia, que o argumento não é aplicável no sentido de «causa» (tradição marítima) que, existindo, produz necessariamente um efeito (elevado peso das forças navais). Se assim fosse, questionar-se-ia por que razão a Espanha e a França não atingem níveis de efectivos navais equiparáveis aos dos países acima mencionados.

- A Força Aérea, é, como se sabe, a componente do sistema de forças que nasceu e se desenvolveu no Século XX, em especial a partir da década de '40. O assinalável progresso científico e tecnológico verificado neste século repercutiu-se na totalidade dos domínios da actividade humana. No que respeita às forças de defesa, é inquestionável a afirmação de que os sectores aeronáutico e aeroespacial foram os principais receptores da ciência e da tecnologia aplicadas.

Decorre desta constatação a propensão para tomar o peso da Força Aérea dos países como indicador da sua capacidade de defesa. Trata-se de uma perspectiva que se julga sustentável, porém, dentro de certos limites, na medida em que a avaliação da capacidade de defesa deve integrar muitos outros factores.

Cingindo-nos ao mapa anexo, destaca-se o peso dos efectivos da Força Aérea do Reino Unido (29,7%), dos Estados Unidos, da Noruega e da Bélgica (26%). Portugal pertence ao grupo dos três países com menor número de efectivos adstritos à Força Aérea, ainda que acima deles: Espanha (9,3%), Turquia (11,1%) e Portugal (13,4%).

- Como reflexão final desta análise, tem interesse assinalar o equilíbrio verificado nos EUA no que respeita à distribuição dos efectivos pelos três ramos (28,5%; 33,8%; 26,3%).

AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

A admissão da mulher nas forças armadas é uma prática que tem vindo a ser generalizada na quase totalidade dos países da OTAN, suscitando a necessidade de proceder a adaptações de vária ordem na organização militar tradicional, concebida e executada para homens combatentes.

A importância das questões colocadas por este facto novo é reconhecida pela própria OTAN, que criou uma Comissão específica para troca de informação, análise e harmonização de políticas. Trata-se do «COMMITTEE ON WOMEN IN THE NATO ARMED FORCES», no qual são convidados a participar todos os países membros, incidindo os trabalhos, predominantemente, nas questões sobre a adaptação do ordenamento jurídico às exigências específicas da condição feminina, a abertura das especialidades militares combatentes à mulher, a avaliação de resultados da experiência de cada um dos países, etc.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

Esta é uma das questões que tem sido objecto, nos últimos anos, de debate e revisão profunda nos sistemas de organização da defesa militar dos países que, tradicionalmente, têm adoptado a conscrição como processo de recrutamento de efectivos para a defesa militar.

Observa-se uma tendência clara no sentido de pôr em causa, numa primeira fase, a duração do serviço militar obrigatório e, a seguir, a própria obrigatoriedade da prestação do serviço militar. Este percurso é verificável em Portugal, e tem expressão forte e clara na França e Espanha, assim como em algumas correntes de opinião na Alemanha.

É óbvio que este tipo de discussão só se justifica nos países que têm a conscrição como única forma de recrutamento (Grécia, Noruega e Turquia), ou que, a par da conscrição, admitem o serviço voluntário (Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália e Portugal).

Facilmente se compreenderá que a sustentação dos efectivos militares é uma questão que se coloca em termos diferentes nos países em que

a regra é, por tradição, a do serviço voluntário (como é o caso do Canadá, Estados Unidos e Reino Unido) em comparação com os países que, ou aboliram recentemente a conscrição (Bélgica), ou já tomaram a decisão política nesse sentido (França), ou, finalmente, se preparam para isso (Espanha e Portugal).

3. A HERANÇA SÓCIO-CULTURAL

Num quadro de reflexão em que numerosos indícios apontam para alterações substanciais nos arquétipos de referência da componente militar da defesa, não se pode deixar de dedicar um comentário, ainda que breve, a alguns aspectos relevantes da psicossociologia castrense.

Na verdade, constitui um lugar comum a afirmação – de resto, cientificamente comprovada – de que as mudanças institucionais só são persistentes se acompanhadas de mudança de atitudes mentais face a usos, costumes e tradições que, sendo acessórios, não devem ser confundidos com a essência dos valores da instituição.

A instituição militar tem sido justamente considerada como reserva de valores da Pátria e da identidade e coesão nacionais. É ainda tida como referência quando se fala de valores como a lealdade, a camaradagem, a disciplina, a coragem e a abnegação pelo bem comum. Estes atributos constituem como que a essência da cultura castrense. Julga-se que devem, não só permanecer intocados ao longo das mudanças que se avizinham, mas, sempre que possível, incentivados.

Questão a merecer análise e reflexão é a das motivações que levam os cidadãos a aderirem ao serviço militar profissional. O assunto é particularmente pertinente quando se conhecem as múltiplas restrições impostas à profissão, designadamente no âmbito dos direitos e liberdades cívicas, disponibilidade permanente, mobilidade física sem condições, e, até, o juramento da doação da vida pela Pátria, se necessário.

Sem pretender antecipar conclusões de um estudo ainda não realizado – e que se julga de todo o interesse dever sê-lo – dir-se-ia, a título provisório, que o prestígio associado aos valores acima referidos e ao

estatuto social dos militares estará, provavelmente, presente entre os mais fortes factores da motivação a que acima se alude.

Ao longo dos anos, a instituição militar foi interiorizando a ideia de que é uma organização sem paralelo com quaisquer outras na sociedade. Assim se explica que tenham sido, naturalmente, criados sistemas jurídicos próprios para a instituição, abrangendo domínios como o das remunerações, das carreiras, da saúde e assistência para o militar e sua família, do ensino e formação, etc.

Neste mesmo fenómeno se poderá, porventura, encontrar parte da explicação para a forte coesão que, por regra, liga os elementos militares entre si, bem como para o tradicional hermetismo que, até há poucos anos, caracterizava a instituição militar, em relação à sociedade global.

Semelhantemente, as especificidades próprias dos meios, técnicas e missões cometidas a cada ramo das forças armadas, conduziram à formação de costumes e tradições sectoriais que o tempo sedimentou e que, não raro, afloram em atitudes de índole corporativista, em defesa de uma identidade sectorial própria, dificultando a harmonização de políticas globais para a instituição militar como um todo.

4. A DEFESA FACE À NOVA CONJUNTURA MUNDIAL NO DEALBAR DO SÉCULO XXI

O militar dos anos finais do Século XX e primeiros do Século XXI vai ter um ambiente de actuação que se afasta, em muitos aspectos, dos que estão registados nos manuais da história militar.

Em primeiro lugar, e contrariamente ao que acontecia até finais dos anos '80, os factores de potenciais crises são multifacetados: nacionalismos; fundamentalismos étnicos e religiosos; conflitos internos resultantes da luta pelo poder, em países que atravessam um processo de aprendizagem da democracia pluripartidária; disputa de interesses em espaços com especial relevância económica ou estratégica.

O contexto socioeconómico do nosso tempo é, antes de tudo, caracterizado por uma competitividade sem precedentes.

Por outro lado, a sociedade tornou-se mais reivindicativa, na busca e exigência do bem-estar, entendido numa perspectiva predominantemente materialista e de alcance imediato, sobrepondo-se aos valores que têm caracterizado a identidade nacional.

No espaço europeu em que nos situamos, as assimetrias sócio-culturais e económicas são notórias, verificando-se um movimento de apoio à revitalização das economias do Centro e Leste Europeu, o que tem vindo a repercutir-se na redução dos orçamentos da defesa e na contenção das despesas globais.

Outra característica da nova conjuntura mundial – relevante para os sistemas de defesa – consiste na diluição dos tradicionais espaços culturais. O avanço tecnológico nos sistemas de telecomunicações permite conhecer os acontecimentos em qualquer ponto do mundo, no próprio momento em que ocorrem: os antípodas moram ao nosso lado! Ao mesmo tempo, as pessoas circulam hoje intensamente de continente para continente e de país para país, transportando e recebendo usos e costumes por onde passam.

Por sua vez, os acordos internacionais e a cooperação nos domínios da economia, da tecnologia e da ciência, conduziram a um ambiente de interdependência nunca antes observado.

Do referido no parágrafo anterior decorre uma nova formulação para o conceito de fronteiras da soberania. Na verdade, a defesa tende a deslocar-se para o campo dos interesses vitais da sociedade que se identifica como soberana e joga-se cada vez mais nas negociações diplomáticas e nas relações multilaterais e bilaterais, nas quais o prestígio e a capacidade militar desempenham, não raro, um papel não negligenciável de projecção de influências.

No quadro da caracterização deste final de século, não podem deixar de ser referidos os movimentos reactivos ao modelo clássico da defesa militar, perceptíveis em particular, em manifestações da juventude contra a conscrição, como forma de cumprimento do dever cívico da defesa da pátria.

É de assinalar, no entanto, que, paralelamente aos movimentos acima mencionados, se observam comportamentos aparentemente con-

traditórios àqueles, na medida em que as manifestações de xenofobia e de racismo podem indiciar um forte sentimento de identidade nacional, que se pretende defender de influências que a descaracterizem.

Como saldo, fica uma impressão de imagem confusa e distorcida dos valores essenciais inerentes à defesa nacional e, em consequência, a deficiente percepção da utilidade das forças armadas.

A sociedade da informação tem e continuará a ter reflexos nos sistemas de defesa, numa dimensão que, até há poucos anos atrás, era difícil de prever.

Sabe-se hoje, com efeito, que as tecnologias da informação incorporam os sistemas de armas, transportam dados, sons e imagens com elevado grau de rigor e precisão, permitindo decisões correctas e atempadas face à visão global e simultânea dos factores que concorrem numa dada situação, além de poderem ser utilizadas para a neutralização da força adversária.

O aproveitamento das potencialidades das tecnologias da informação é, hoje, um imperativo de eficácia das forças armadas, não necessariamente, e só, em campo de batalha, mas também em ambiente de dissuasão ou de prevenção de conflitos.

Facilmente se conclui que, num contexto de acção militar assente nos recursos tecnológicos acima referidos, o militar do Século XXI não pode deixar de ser um especialista, altamente familiarizado com a tecnologia que utiliza.

Para concluir este capítulo, importa referir brevemente as novas modalidades de actuação das forças armadas, no quadro da complementaridade e integração das valências próprias das forças tradicionais de terra, mar e ar.

A tendência que se observa é a de constituir forças conjuntas e combinadas para o desempenho de missões específicas (COMBINED JOINT TASK FORCES). Várias são as iniciativas lançadas com enquadramento nesta modalidade de acção, ao abrigo dos compromissos internacionais no âmbito da OTAN, da UEO e da Parceria para a Paz, ou no âmbito de forças internacionais mandatadas pela ONU para o desempenho de tarefas humanitárias, bem como para manter, construir, restabelecer e, mesmo, para impor a paz.

É provável que, das experiências em curso, se extraíam elementos importantes para a institucionalização das novas doutrinas estratégica e tática.

5. OS RECURSOS HUMANOS E OS NOVOS DESAFIOS DA DEFESA NACIONAL

REFERENCIAIS

Atentas as considerações registadas nos capítulos precedentes e confrontando os pressupostos da organização militar tradicional com o espectro conjuntural que caracteriza a defesa nacional no nosso tempo, é inevitável concluir que os referenciais das atitudes e comportamentos dos recursos humanos afectos à defesa nacional mudaram significativamente. Dir-se-á que o quadro de valores permanece incólume na sua essência. E é verdade! Mas os instrumentos ao serviço daqueles valores – atitudes e comportamentos incluídos – são necessariamente diferentes neste virar de século.

CONTEXTO DE ACÇÃO

Com efeito, o profissional da defesa é, hoje, confrontado com um mundo diferente daquele que consta dos manuais da cultura organizacional e do saber castrenses, com apelo inevitável à sua capacidade de adaptação:

- Às características das forças sociais;
- À competitividade num mundo globalizado e interdependente;
- Às novas doutrinas em formação, decorrentes do novo contexto em que se enquadram os conflitos e das novas modalidades de actuação das forças da defesa;
- Às exigências da capacitação acrescida para lidar com a tecnologia, quer em termos de formação de base, quer em termos de actualização e aperfeiçoamento permanentes;
- À exiguidade, cada vez maior, dos orçamentos da defesa, com o consequente apelo à racionalização dos meios colocados à sua disposição.

PERFIL PROFISSIONAL

O perfil do militar dos anos '2000 tem de assentar, por isso, numa elevada preparação intelectual de base, complementada por uma formação técnica específica, permanentemente actualizada, tendo obviamente, como suporte uma personalidade enformada pelos valores transcendentais da defesa dos interesses vitais da soberania.

A era do «práticos» chegou ao fim. Esta não é uma realidade que diga respeito exclusivamente à actividade castrense. A competência é uma exigência generalizada do mundo competitivo em que vivemos e abrange os domínios do saber, do saber-fazer e do saber-ser. Doutro modo, corre-se o risco de dispor de recursos humanos que respondem às situações de acordo com modelos que reflectem um mundo, não como ele é hoje, mas como costumava ser há alguns anos atrás. A competência que se defende propicia a criatividade, a flexibilidade e a capacidade de adaptação a situações novas.

REDIMENSIONAMENTO QUALIFICADO

Do que fica dito, é legítimo concluir que a eficácia da defesa militar assenta, hoje, não tanto no número de combatentes, como na qualidade da tecnologia empregue nas operações, permitindo poder de antecipação, intervenções à distancia com enorme precisão, protecção dos combatentes e redução das baixas, etc.

A tendência será, necessariamente, a do investimento crescente na tecnologia e decrescente nos recursos humanos da defesa.

Todavia – vale a pena repeti-lo – os recursos humanos de que falamos têm de ser altamente qualificados. O sistema de educação e treino há-de ser, por isso, o instrumento fulcral na preparação dos recursos humanos do futuro. O exercício que há a fazer com urgência é o da reponderação do actual sistema de ensino, formação e treino, questionando-nos sobre se ele se ajusta ao nosso tempo, se facilita a modularidade e complementaridade de forças conjuntas e a capacidade de adaptação a situações novas e imprevistas. Em particular, há que empreender desapassionadamente a reflexão sobre as vantagens da

manutenção de três sistemas de ensino incomunicáveis – na Marinha, no Exército e na Força Aérea – em comparação com uma alternativa que assente na concepção de uma «Universidade das Forças Armadas» com três «Faculdades» especializadas.

FRONTEIRAS INTER-RAMOS

Decorre do exposto a evolução para um novo conceito de «ramo» das forças armadas. A cultura organizacional própria da Marinha, do Exército e da Força Aérea encontra evidente explicação sociológica na tradição, nos meios próprios e nas circunstâncias e condicionalismos associados ao emprego das forças. Acontece, porém, que as doutrinas em formação acentuam com ênfase crescente a complementaridade das forças conjuntas. A ser assim, então, o caminho parece conduzir à diluição das fronteiras culturais que tradicionalmente separam os ramos. Também aqui a ideia acima afluída sobre a reponderação do sistema de educação e treino pode fornecer apreciáveis contributos.

ASSOCIATIVISMO

Os profissionais da defesa – os militares – emanam da sociedade, cuja soberania e valores de base juram defender com o sacrifício da própria vida. Sem prejuízo das restrições que a dedicação ao serviço da pátria impõe, é legítimo e defensável favorecer o estatuto do militar como «homem social», ajustado às correntes e valores que, em cada época, presidem à dinâmica social. Entre estes conta-se a protecção dos direitos, liberdades e garantias, de entre os quais o direito de associação está tradicionalmente vedado aos militares. Não é previsível que a dinâmica social acima referida consinta a manutenção da situação por tempo indeterminado. O fenómeno já se fez sentir noutros países que têm vindo a adoptar formas de associativismo compatíveis com a condição militar. Vale a pena ter consciência destes movimentos e tomar a iniciativa de os conduzir, atitude sempre preferível à de os responsáveis se verem forçados a serem conduzidos por eles.

RACIONALIDADE LOGÍSTICA

Verifica-se em todos os países, a começar por Portugal, uma generalizada tendência para a redução dos orçamentos afectos à defesa. Em consequência, torna-se necessário rever os instalados sistemas de consumo. Há fundamentadas razões para crer que uma das áreas em que poderiam ser conseguidas reduções apreciáveis de despesas seria a da logística. Antes do mais, haveria que clarificar as fronteiras entre a logística operacional e a de produção, optimizando aquela e questionando a pertinência desta no seio das forças armadas.

A tendência que tradicionalmente se verifica é a de cada ramo propugnar pela manutenção e, se possível, pelo incremento de ambas, ainda que autonomamente geridas em triplicado, mesmo em áreas que, com diferentes formas de organização, bem poderiam servir em conjunto os três ramos.

A este respeito, suscitam-se, para reflexão e futuro desenvolvimento, as seguintes áreas merecedoras de um juízo de racionalidade:

- Sistema de compras conjuntas.
- Logística de produção: Os estabelecimentos fabris.
- Sistema de Saúde Militar: Os hospitais e centros de saúde militares; o pessoal afecto à saúde militar.
- O sistema de educação e treino: Três academias; três institutos superiores; três escolas superiores de ensino politécnico!

DEFESA E CIDADANIA

Se alguma consistência tiverem as considerações acima expostas, os problemas de segurança e defesa vão centrar-se cada vez mais no cidadão como actor capaz de se mobilizar espontaneamente na defesa dos valores que entende serem património da sua identidade como povo. A luta contra as ameaças àqueles valores será tanto mais eficaz quanto mais arreigados estiverem no subconsciente colectivo: É a expressão plena da cidadania!

Os profissionais da defesa – os militares – serão sempre imprescindíveis. Mas é a interiorização dos valores da pátria na cultura, que

potencia sinergias acrescidas pela convergência das componentes militar e civil.

Donde se conclui, inevitavelmente, pela necessidade de rever o sistema educativo nacional, introduzindo a temática dos valores que nos definem como povo nos curricula do ensino básico e secundário.

RECURSOS HUMANOS PERMANENTES E TEMPORÁRIOS

Está em curso o debate sobre a eventual extinção do serviço militar obrigatório. Há que prefigurar o cenário do fim da conscrição e da consequente entrega das questões de defesa a recursos humanos exclusivamente voluntários permanentes e temporários. Revestem enorme importância os estudos a desenvolver para identificar as medidas correctas a adoptar no cenário acima referido. Vale a pena elencar alguns daqueles estudos:

- Como assegurar a existência permanente de ACTIVOS, em quantidade e qualidade tais que permitam ocorrer a situações de excepção? Estamos no domínio da descoberta das motivações e consequentes incentivos, capazes de levar o cidadão a oferecer-se para o serviço da pátria, seja a título permanente ou temporário. Mais uma vez se releva, nesta matéria, a importância da educação para a cidadania.
- No pressuposto de que qualquer país tem de conhecer qual é o seu potencial em recursos humanos mobilizáveis em cada momento, há que ponderar:
 - O sistema de recenseamento;
 - O sistema de classificação e selecção;
 - O sistema de informação apropriado, alimentado pelos dois sistemas anteriores;
 - Os regimes da mobilização, da convocação e da requisição;
 - As formas de expressão do direito e do dever cívico de prestação de serviço à pátria, que não, necessariamente, serviço militar.

Trata-se de tarefas que, cabendo nas preocupações deste trabalho, merecem oportuno tratamento específico, atenta a sua complexidade.

6. EPÍLOGO

O DESAFIO FUNDAMENTAL

É hora de concluir este despretensioso conjunto de considerações, comentários e reflexões. Ao longo deste trabalho, esteve sempre presente a convicção de que, hoje por hoje, um país sem uma capacidade de defesa militar credível, dificilmente se pode afirmar politicamente soberano, entendida a soberania como poder autónomo para decidir sobre todas as questões de interesse vital.

Esteve igualmente subjacente a este exercício o pressuposto de que a capacidade de defesa militar assenta fundamentalmente na qualificação dos recursos humanos, preparados para lidar com a «mundialização» da tecnologia, da economia, da cultura e da política e aptos para participar, não só em acções estritamente militares, mas com as novas missões de manutenção e estabelecimento da paz, missões humanitárias, missões de cooperação técnico-militar e técnico-científica e missões de interesse público como a protecção do ambiente, o combate ao terrorismo e ao narcotráfico.

Neste quadro, o grande desafio que se coloca aos recursos humanos da defesa nacional, em particular no que se refere à instituição castrense, é o desafio da mudança cultural: A percepção do novo contexto do mundo de hoje, a disponibilidade para exercitar uma reflexão crítica sobre os referenciais do comportamento e das atitudes tradicionais e a interiorização de um novo quadro de valores da cultura organizacional castrense.

Está em jogo a sobrevivência! Porque a adaptação ao meio ambiente não é uma prerrogativa do ser humano, que, numa base voluntarista, decide se quer ou não adaptar-se às exigências do meio envolvente. Não! É, antes, uma condição de sobrevivência de todo o organismo vivo.

Trata-se de encarar com realismo as mudanças necessárias, que se desejam conscientes e consentidas.

Manuel Gameiro

BIBLIOGRAFIA

BETT, M. – «Managing people in tomorrow Armed Forces» (Report to the Secretary of State for Defense – U.K. – 1995).

CARVALHO, M. – «O Papel das Forças Armadas no Sec. XXI» in **MILITARY REVIEW**, 3º Trim. 1995.

DÉFENSE NOUVELLE – 1996.

DOLMAN, E.C. – «Obligation and the citizen-soldier» in **JOURNAL OF POLITICAL AND MILITARY SOCIOLOGY**, vol. 23, nº 2, 1995.

HANSEN, H. – «Razões contra as Forças Armadas Profissionais» in **DIE WELT**, 26 FEV 96.

HEIGHT OF CONSCRIPTS IN EUROPE – in **ANNALS OF HUMAN BIOLOGY**, vol. 22, nº 1, 1995.

MANNING AND RECRUITMENT – 2º Relatório do DEFENCE COMMITTEE, da «House of Commons», March, 1996.

MILITARY RECRUITING – More Innovative Approaches needed – Dec. 1994.

RIOLACCI, J. – «Les futures élites de la défense» in **DÉFENSE NATIONALE**, Março, 1996.

SALUT – Vol. 3, nº 3, March, 1996.

SULLIVAN, G. – «Força XXI - Uma Visão de Futuro» in **MILITARY REVIEW**, 3º Trim., 1996.

THE MILITARY BALANCE, 1995/1996 – The International Institut for Strategic Studies, Oxford University Press.

VARIOS – «Planning U.S. General Purpose Forces for a New Century» in **STRATEGIC REVIEW** (U.S. Strategic Institut), Winter, 1996.

ANEXO I
Os Efectivos Militares nos Países da OTAN

	Superfície (Km²)	População	EFECTIVOS								Domínio Territorial a)	Taxa de Militarização b)	Orçamento da Defesa (% PIB)c)
			Totais	Marinha		Exército		ForçaAérea					
				N.º	%	N.º	%	N.º	%				
Alemanha	357000	81109000	339900	28500	8.38	234000	68.84	75300	22.15	1.05	0.42	2	
Bélgica	30500	10071000	47200	2800	5.93	30100	63.77	12300	26.06	0.65	0.47	1.7	
Canadá	9976000	28130000	70500	10000	14,18	20300	28,79	17100	24,26	141.50	0.25	1.7	
Dinamarca	43000	5214000	33100	6000	18,13	19100	57,70	8000	24,17	1,30	0.63	1.9	
Espanha	504800	39144000	206500	31900	15.45	144700	70.07	19400	9.39	2.44	0.53	1.6	
EUA	9400000	2.63E+08	1550000	441800	28.50	524900	33.86	408700	26.37	6,06	0.59	4.3	
França	549100	58125000	409600	64200	15.67	241400	58.94	89200	21.78	1.34	0.70	3.3	
Reino Unido	244100	58288000	236900	50500	21.32	116000	48.97	70400	29.72	1.03	0.41	3.4	
Grécia	132000	10455000	171300	19500	11.38	125000	72.97	26800	15.65	0.77	1.64	5.7	
Holanda	41700	15446000	74400	14300	19.22	53200	71.51	12500	16.80	0.56	0.48	2.1	
Itália	301300	57860000	328700	44000	13.39	175000	53.24	67800	20.63	0.92	0.57	2.1	
Noruega	324000	4353000	30000	6400	21.33	14700	49.00	7900	26.33	10.80	0.69	3.1	
Portugal	92300	9870000	54200	12500	23.06	29700	54.80	7300	13.47	1.70	0.55	2.6	
Turquia	780000	61284000	507800	51000	10.04	400000	78.77	56800	11.19	1.54	0.83	3.2	

Obs.: Os dados sobre efectivos e orçamento da Defesa foram colhidos da publicação **The Military Balance, 1995/1996** (The International Institute for Strategic Studies, Oxford University Press).

a) Unidade de Superfície (Km²) por militar

b) Percentagem de militares na população total

c) Dados de 1994